CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N ° 9 1 6 / 7 3

Aprovado por Deliberação

Em 9 / 5 / 1 9 7 3

PROCESSO CEE N. 1083/73

INTERESSADO - MARCUS VINÍCIUS CAIAFA

ASSUNTO - Pedido de Revisão do Processo de reprovação, na disciplina Português, na 3ª série de II Grau.

CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU

RELATOR - Conselheiro Pe. Lionel Corbeil

1. HISTÓRICO:

1.1 -Marcus Vinicius Caiafa, filho de José César Caiafa e Maria Pereira Caiafa, nascido em Belo Horizonte, Minas Gerais, aos 13 de fevereiro de 1954, tendo cursado o 3º ano Colegial no Colégio Estadual Dr. Álvaro de Souza Lima, nesta Capital, durante o ano de 1972, foi reprovado em exames de 2ª época na disciplina Português, obtendo nota 3,5, quando necessitava, para aprovação, de pelo menos 6,0 nesta prova, razão pela qual requer revisões que forem necessárias para a salvaguarda de seus direitos.

1.2 -Dirigiu ofício à Secretaria da Educação reclamando de injustiça praticada a seu respeito pela Professora da citada disciplina; esta alegação foi considerada muito subjetiva tanto pela Diretoria da Escola (fls 10) como pelo Inspetor da 4ª. DESN (fls. 17) que consideraram o ato escolar da Professora em conformidade com as normas regimentais vigentes e irrelevante o fato do requerente ter sido aprovado no exame vestibular.

1.3 - O Inspetor da 4ª. DESN, após considerar regular o ato escolar praticado pela Escola, levanta a problemática da Nova Lei e sua aplicação neste caso: considera "as disposições regulamentares obsoletas e até conflitantes com o espírito e a doutrina da Lei Federal n. 5692/71";

Pergunta-se ele, "seria conveniente reter aluno do 3º ano Colegial, sujeitando-o a rematricular-se na mesma série, por mais um ano, para cursar disciplinas e aprender conteúdos em que obteve aprovação no ano anterior só porque foi inabilitado em uma única disciplina? E se no ano de repetência for ele aprovado em Português e, por infortúnio, reprovado em outra qualquer?"

Refere-se a Indicação CEE n. 1/72 que preconiza enfaticamente a recuperação do estudante tardio, reduzindo-se à reprovação a casos especiais.

Enfim, apresenta sugestões sobre o Sistema de Recuperação embasadas na Indicação CEE n. 1/72, declarando, porém, que este Sistema não foi regulamentado pelo Conselho Estadual de Educação.

1.4 - Diante destas alegações e sugestões, a CEBN recomendou o encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação.

2. APRECIACÃO:

2.1 - Entendemos perfeitamente as inquietações do Sr. Inspe-
tor da 4ª, DESN., a respeito da demora na instalação do Sistema de recu-
peração nesta Escola mantida pelo Estado e das conseqüências nefastas na
promoção de muitos alunos, pois o artigo 14, § 2º da Lei 5692 exige que
os estudos de recuperação sejam obrigatoriamente proporcionados pelo es-
tabelecimento de ensino aos alunos de aproveitamento insuficiente.

2.2 - Por outro lado, a Deliberação CEE n. 33/72 lembra que
cada escola deverá fixar no seu regimento e plano escolar os sistema de
avaliação de recuperação e de promoção (artigo 12). E, no seu artigo 3º
reza: "Os estabelecimentos de ensino mantidos pelo Estado terão seus re-
rimentos e respectivas alterações aprovados pelo Conselho Estadual de
Educação".

Mais ainda, a própria Lei 5692, no seu artigo 81, § úni-
co, diz: "Nos três primeiros anos de vigência desta Lei os estabelecimen-
to oficiais de 1º Grau, que não tenham regimento próprio, regularmente
aprovado, deverão reger-se por normas expedidas pela administração dos
sistemas".

Portanto, bem se pode ver que tanto as Escolas ofi-
ciais como as particulares devem se adaptar a nova Lei o quanto antes e
aquelas são incentivadas a terem o seu regimento próprio.

2.3 - Cabe, a nosso ver, à Escola estabelecer as normas do
seu sistema de recuperação dentro das prescritas por Leis, por Resoluções
do Conselho Federal de Educação e Deliberações de Conselho Estadual de
Educação. E, no caso das Escolas mantidas pelo Estado que não têm regi-
mento próprio, a Secretaria da Educação tem competência para regulamen-
tar os Processos de recuperação.

3. FUNDAMENTAÇÃO:

3.1 - Quanto ao caso em tela, de aluno reprovado em Português
nos exames de 2ª. época, devendo repetir a 3ª série colegial para con-
cluir os seus estudos de 2º Grau, parece-nos que os prescritos na Nova
Lei 5692, nos Pareceres do C.F.E. bem como na orientação dada por este
Conselho, permitem-nos solucionar este caso de uma maneira mais favorável
ao aluno reprovado, dentro do espírito que inspirou a nova Lei.

3.2 - Considerando as exigências da Lei 5692/71 que obriga
os estabelecimentos de ensino a ministrar estudos de recuperação a alu-
nos de aproveitamento insuficiente (artigo 14, § 2º);

Considerando a Indicação CEE n. 1/72, no item 7.4.2 que reza: "a retenção deve circunscrever-se a casos especiais. Os casos de provável retenção deverão ser estudados em Conselhos de classe com participação de todos os professores e especialistas - a retenção que deve se submeter o aluno mediante o diagnóstico das suas dificuldades".

Considerando que esta Escola possui Conselho de Professores, mencionado pelo requerente à fls. 4, item II.

4. CONCLUSÃO:

Somos de opinião que o caso em questão, de reprovação não somente em relação à disciplina Português, mas em consequência, de retenção na série, isto é, 3ª série do 2º Grau, sugere-se o encaminhamento, em caráter excepcional

em caráter excepcional, em / ao Conselho de Professores da 3ª série do 2º Grau do citado estabelecimento, para ser julgado de uma maneira global o aproveitamento escolar do interessado durante o ano letivo de 1972.

Se o Conselho de Professores considerar o aluno inapto a ser promovido, ficando portanto retido na 3ª série para adquirir maturidade intelectual benéfica a seus estudos ulteriores, a Secretaria da Educação poderá tomar as providências para regularizar, nesta altura do ano, o prosseguimento de seus estudos nesta série.

Se o julgamento for favorável à não retenção na 3ª. série, a Escola deverá organizar o Processo de recuperação do interessado na disciplina Português, após o que submeterá o aluno a exame especial nesta disciplina.

Eis nosso Parecer, s.m.j.

São Paulo, 24 de abril de 1973.

a) Conselheiro Pe. Lionel Corbeil - Relator.

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do VOTO do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Arnaldo Laurindo, Antonio Delorenzo Neto, Eloysio Rodrigues da Silva, João Baptista Salles da Silva, José Augusto Dias e Lionel Corbeil.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1973.

a) Conselheiro Arnaldo Laurindo - Presidente.